



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Administrativo III (Direito dos Contratos Públicos)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (2 horas semanais)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Prof. Doutor Marco Caldeira (2 horas semanais)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Domínio dos princípios estruturantes do direito português dos contratos públicos
- Capacidade de análise e abordagem críticas de acórdãos e artigos doutrinários
- Resolução de problemas jurídicos (sob a forma de hipóteses e casos práticos), dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam actuar nos diferentes contextos profissionais relacionados com o direito dos contratos públicos (magistratura, advocacia, exercício de funções nas entidades adjudicantes ou nos agentes económicos)

6. Conteúdos programáticos:

DIREITO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

INTRODUÇÃO – A UNIDADE DOS CONTRATOS PÚBLICOS

- 0.1. Acção pública e contrato (e concorrência): referência histórica
- 0.2. A unidade dos contratos públicos

PARTE I – O REGIME DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

§ 1.º - A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO SISTEMA: VALORES, INTERESSES, MODELOS, PRINCÍPIOS, GOVERNAÇÃO

- 1.1. Valores, interesses e modelos: a diversidade de objectivos do direito administrativo aplicada à actividade contratual
- 1.2. Princípios gerais e princípios específicos da contratação pública. O sentido da aplicação de princípios jurídicos
- 1.3. Contratação pública estratégica
- 1.4. Riscos na área da contratação pública e preocupações de integridade. O tema dos conflitos de interesses
- 1.5. Governação do sector: referência
- 1.6. O regime das medidas especiais de contratação pública aprovado pela Lei n.º 30/2021, de 21 de Maio – MECP (referência)

§ 2.º - AS FRONTEIRAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- 2.1. Os sujeitos cujos contratos dizem respeito à contratação pública (“âmbito subjectivo”)
- 2.2. Os contratos que dizem respeito à contratação pública (“âmbito objectivo”)
- 2.3. Concorrência mitigada: o tema dos contratos de serviços sociais e outros serviços específicos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.4. Contratos excluídos da aplicação das regras de contratação pública da parte II do CCP (e das directivas)
- 2.5. Âmbito territorial de aplicação do direito português dos contratos públicos: breve referência

§ 3.º - DEFINIÇÃO DO OBJECTO E DECISÕES INICIAIS DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO

- 3.1. Essencialidade do momento de definição do objecto e influência dos princípios. Planeamento. Anúncios pré-procedimentais
- 3.2. Actividade pré-procedimental e limitações emergentes: a consulta preliminar ao mercado, em especial
- 3.3. Escolha do procedimento. Valor do contrato. Fundamentos de escolha em razão do valor e fundamentos materiais. Escolha dos procedimentos do regime das MECP
- 3.4. Escolha do procedimento nos sectores especiais. Regras especiais de escolha do procedimento
- 3.5. Unidade e divisão do objecto contratual. O problema do fraccionamento. Adjudicação de objectos homogéneos em diferentes procedimentos. Adjudicação por lotes

§ 4.º - A FIXAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DE SELECÇÃO DE CANDIDATURAS E PROPOSTAS, EM ESPECIAL

- 4.1. Definição dos parâmetros essenciais do procedimento: um momento de auto-vinculação obrigatória. O tema emergente do *excesso de transparência*
- 4.2. Preço base, ou a aproximação ao preço de mercado. Preço ou custo anormalmente baixo, ou a sinalização do patamar de suspeição das propostas
- 4.3. Critério de adjudicação, parâmetros base, aspectos não submetidos à concorrência. Modelo de avaliação. A ligação ao objecto do contrato. Qualidades do concorrente e qualidades da proposta. Referência aos casos que exigem modelo de qualificação
- 4.4. Inclusão de aspectos ambientais, de inovação e sociais. Cálculo do custo de ciclo de vida
- 4.5. A questão da objectividade dos critérios de escolha. O controlo alargado dos pressupostos de selecção e avaliação e a fronteira entre legalidade e mérito

§ 5.º - OS SUJEITOS APTOS A PARTICIPAR NOS PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO

- 5.1. O universo concorrencial: entre a lei e as opções da entidade adjudicante
- 5.2. Impedimentos e proibições de participação. Relevação dos impedimentos (*self-cleaning*)
- 5.3. Definição de requisitos de qualificação

§ 6.º - A TRAMITAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO

- 6.1. Enquadramento. Relação entre as regras gerais aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais e as regras específicas de cada procedimento. O modelo de contratação electrónica
- 6.2. Quadro geral dos procedimentos. Os procedimentos de concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, consulta prévia e ajuste directo. Referência ao diálogo concorrencial, procedimento de negociação, parcerias para a inovação e concurso de concepção. Especificidades da tramitação dos procedimentos das MECP
- 6.3. Saneamento e clarificação das peças do procedimento (esclarecimentos, rectificações, erros e omissões)
- 6.4. Acesso e sigilo no âmbito dos contratos públicos
- 6.5. Análise e avaliação de propostas: a fundamentação do juízo de avaliação. O júri
- 6.6. Causas de exclusão de propostas e candidaturas. Rectificação e suprimento de propostas e candidaturas
- 6.7. Adjudicação e não adjudicação. Dever de celebração do contrato
- 6.8. Habilitação e celebração do contrato

§ 7.º - INSTRUMENTOS DE AGREGAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O fenómeno da agregação e centralização de compras: principais manifestações. Acordos quadro, sistemas de aquisição dinâmicos, centrais de compras e agrupamentos de entidades adjudicantes – breve referência

PARTE II – REGIME SUBSTANTIVO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

§ 8.º - REGIME SUBSTANTIVO (I): EM GERAL



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 8.1. A determinação das fontes e o âmbito do regime substantivo dos contratos administrativos. Quadro classificatório dos contratos administrativos e indicações gerais sobre o respectivo regime
- 8.2. Invalidade. Eficácia e ineficácia. O sistema de visto prévio do Tribunal de Contas (referência)
- 8.3. Os princípios da execução dos contratos e a ideia de gestão do contrato
- 8.4. Os poderes de conformação da relação contratual: a lógica da função e a lógica do pacto. O poder sancionatório contratual, em especial. A auto-tutela do contraente público em sede de execução dos contratos
- 8.5. Cumprimento e incumprimento
- 8.6. Subcontratação
- 8.7. Contratos sobre o exercício de poderes públicos
- 8.8. Contratos interadministrativos

§ 9.º - REGIME SUBSTANTIVO (II): EQUILÍBRIO, DINÂMICA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. Certeza e incerteza nos contratos públicos. A questão da duração do contrato
- 9.2. Risco, imprevisão e equilíbrio do contrato. Alteração de circunstâncias. *Fait du prince*. Perturbações da relação contratual e deveres de boa fé emergentes
- 9.3. Modificações objectivas e os seus limites. O caso particular das cláusulas de opção
- 9.4. Cessão da posição contratual: em geral; cessão forçada da posição contratual; figuras afins
- 9.5. Extinção do contrato

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos, abrangendo as duas matérias nucleares – formação do contrato e regime substantivo – e combinando elementos teóricos com uma perspectiva de dinâmica procedimental e contratual e acompanhamento relevante da jurisprudência europeia e nacional, adequam-se aos objectivos acima definidos

8. Metodologias de ensino:

Ensino teórico-prático nas aulas plenárias; e ensino mais focado na componente prática e de aplicação nas aulas de Subturma. Recurso diversificado a diferentes metodologias: expositiva, análise e comentário de doutrina e jurisprudência, resolução de hipóteses práticas, debates.

9. Avaliação:

Trabalho em Subturma (nas diversas formas acima referidas) e frequência, nos termos do Regulamento de Avaliação (50% para cada componente de avaliação). Dispensa de exame com 12 valores.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Além do que se adquire com a metodologias expositiva, o recurso acentuado a componentes práticas, aplicativas e dialógicas com os estudantes garante o objectivo de uma apreensão abrangente e crítica das matérias leccionadas, preparando os estudantes para os diferentes contextos de exercício profissional e investigação académica.

11. Bibliografia principal:

Bibliografia geral seleccionada

(outras referências específicas serão dadas a propósito dos vários temas)

a) Portugal

- AMADO GOMES, CARLA/PEDRO, RICARDO/SERRÃO, TIAGO/CALDEIRA, MARCO (Coords.), *Comentários ao Código dos Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 5.ª ed., 2023.
- ANDRADE DA SILVA, JORGE, *Código dos Contratos Públicos Comentado e Anotado*, 11.ª ed., Coimbra: Almedina, 2023.
- AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 7.ª ed., Coimbra: Almedina, 2021.
- CALDEIRA, MARCO, *Estudos sobre o contencioso pré-contratual*, Lisboa: AAFDL, 2017.
- CARVALHO, RAQUEL, *Direito da Contratação Pública*, 2.ª ed., Porto: Universidade Católica Editora, 2021.
- CUNHA RODRIGUES, NUNO, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Coimbra: Almedina, 2013.
- *Contratação pública e concorrência (Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino da disciplina)*, Lisboa: AAFDL, 2019.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO/TORGAL, LINO (Coords.), *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, Coimbra: Almedina, 2017.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- COSTA GONÇALVES, PEDRO (Org.), *Estudos de Contratação Pública* (vol. I, 2008; vol. II, 2010; vol. III, 2010; vol. IV, 2013), Coimbra: Coimbra Editora/CEDIPRE.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO, *Direito dos Contratos Públicos*, 1.^a ed., Coimbra: Almedina, 2015, e 6.^a ed., 2023.
 - *Reflexões sobre o Estado Regulador e o Estado Contratante*, Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO / MARTINS, LICÍNIO LOPES / AZEVEDO, PEDRO SANTOS, *As Medidas Especiais de Contratação Pública – Anotadas*, 4.^a ed., Coimbra: Almedina, 2024.
- EIRÓ, VERA, *A obrigação de indemnizar das entidades adjudicantes. Fundamento e pressupostos*, Coimbra: Almedina, 2013.
- ESTEVES DE OLIVEIRA, MÁRIO/ESTEVES DE OLIVEIRA, RODRIGO, *Concursos e outros procedimentos de contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2011.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *Curso de Direito dos Contratos Públicos. Por uma contratação pública sustentável*, Coimbra: Almedina, 2012.
 - *Requiem pelo contrato administrativo*, Coimbra: Almedina, 1990.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO / GOUVEIA MARTINS, ANA / F. SÁNCHEZ, PEDRO (ORGS.), *Atas da Conferência A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021*, Lisboa: AAFDL, 2021.
- FONSECA, ISABEL CELESTE, *Direito da Contratação Pública – Estudos reunidos*, Coimbra: Almedina, 2020.
 - (Coord.), *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas. Para um crescimento da economia assente na contratação pública sustentável, inteligente e inovadora. Luanda, 16, 17 e 18 de Novembro de 2016*, Braga: ARAP/SNPC/NEDIP, 2017.
- F. SÁNCHEZ, PEDRO, *Estudos sobre Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 2019.
 - *Direito da Contratação Pública*, 2 vols., 2.^a ed., Lisboa: AAFDL, 2024.
 - *A revisão de 2021 do Código dos Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 2021.
 - *A revisão de 2022 do regime de formação e execução de contratos públicos*, Lisboa: AAFDL, 2022.
- GUERRA TAVARES, GONÇALO, *Comentário ao Código dos Contratos Públicos*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.
- LEITÃO, ALEXANDRA, *Contratos interadministrativos*, Coimbra: Almedina, 2011.
- LINHARES DIAS, PAULO/MELO, PEDRO (Coords.), *Comentário ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores*, Coimbra: Almedina, 2016.
- KIRKBY, MARK, *Contratos sobre o exercício de poderes públicos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- MARTINS, LICÍNIO LOPES, *Empreitada de Obras Públicas*, Coimbra: Almedina, 2014.
- MIRANDA, JORGE (Org.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, vol. II, Lisboa: FDUL, 2010.
- RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS (COORD.), *A centralização e agregação de compras públicas. Reflexões sobre uma tendência actual da contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2019.
 - *Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (16-17 Maio 2019) – Actas da Conferência*, Lisboa: AAFDL, 2020.
 - *Concorrência e sustentabilidade: dois desafios para a contratação pública - Actas das II Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (30 de Setembro a 2 de Outubro de 2020, FDUL)*, Lisboa: AAFDL, 2021.
 - *Presente e Futuro dos Contratos Públicos – Actas das III Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (29 de Setembro a 1 de Outubro de 2021, FDUL)*, Lisboa: AAFDL, 2022.
- **RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, *Direito dos Contratos Públicos*, vol. 1 – *Introdução. Regime de formação*, e vol. 2, *Regime substantivo*, Lisboa: AAFDL, 2022.**
 - *A formação dos contratos públicos. Uma concorrência ajustada ao interesse público*, Lisboa: AAFDL, 2013.
 - "Primeira análise das novas directivas (Parte I)", *Revista de Contratos Públicos*, (9), 2013 (mas 2015), pp. 5 ss., e Parte II (10), 2014 (mas 2015), pp. 131 ss.
 - "Grelha + nota = fundamentação. A questão da fundamentação numérica (anotação ao ac. do STA n.º 2/2014, P. 1790/13, de 21.1.2014)", *Cadernos de Justiça Administrativa*, (109), 2015, pp. 30-46.
 - "Dever de ponderação da adjudicação por lotes e dever de fundamentação da não divisão no direito dos contratos públicos", *E-pública - Revista Electrónica de Direito Público*, IV, (2), 2017, pp. 21 ss.
 - "E-procurement", in ISABEL CELESTE FONSECA (COORD.), *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas*, Braga: EDUM, 2017, pp. 399 ss.
 - "Good Contracting Authorities Can Predict the Future – A Note on Finn Frogne", *European Papers*, 2, (1), 2017, pp. 411 ss.
 - "Contratos públicos, transparência e acesso à informação: uma abordagem preliminar", in ANA GOUVEIA MARTINS/ANABELA LEÃO/BENEDITA MAC CROIRIE/PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS (COORDS.), *Atas do XI Encontro de*



Professores de Direito Público. Direito Público e Direitos Públicos: Pontes, Diálogos e Encruzilhadas. 26 e 27 de janeiro de 2018, Porto: Universidade do Porto, 2018, pp. 129-154.

- "Erros e omissões das peças do procedimento e posição do co-contratante, ou a *vida difícil* da boa fé na contratação pública", *Revista de Direito Administrativo*, (4), 2019, pp. 44-54.
- *Direito dos Contratos Públicos – Materiais de Trabalho*, Lisboa: AAFDL, 2019.
- "Execução dos contratos públicos e responsabilidade contratual: do contrato como *res inter partes* ao contrato como *res publica*", in Carla Amado Gomes et al. (Eds.), *III Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Público - Responsabilidade nos contratos públicos. Uma perspectiva comparada luso-brasileira*, (ebook), Lisboa: AAFDL, 2020, pp. 100-115.
- "Covid-19 e contratação pública – o regime excepcional e transitório do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março", *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 80, (I-II), 2020, pp. 165-217.
- "Regime de formação de contratos de concessão – a articulação entre o CCP e o Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas (Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23.05)", *Revista de Contratos Públicos*, (25), 2021, pp. 5-72.
- "Empreitada de concepção-construção no direito dos contratos públicos: função e pressupostos da definição colaborativa de obras públicas", *O Direito*, 153.º, (II), 2021, pp. 327-380.
- "«De volta a uma fronteira turbulenta» - alguns consensos e algumas questões em aberto sobre transparência e sigilo na contratação pública", *Revista de Contratos Públicos*, (29), 2022, pp. 45-82.
- "Protecção de dados e contratos públicos", in Domingos Soares Farinho/Francisco Paes Marques/Tiago Fidalgo de Freitas (Coords.), *Direito da Protecção de Dados - Perspetivas Públicas e Privadas*, Coimbra: Almedina, 2023, pp. 307-347 (em co-autoria com MARCO CALDEIRA).
- RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS/MARTINS CLARO, JOÃO, "A aplicação e redução de multas contratuais no contrato de empreitada de obras públicas", *Cadernos de Justiça Administrativa*, 112, 2015, pp. 12 ss.
- "A proposta e a decisão - nota sobre a relação entre júri e órgão adjudicante", in AA/VV, *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 289 ss.
- PACHECO DE AMORIM, JOÃO, *Introdução ao Direito dos Contratos Públicos*, Coimbra: Almedina, 2021.
- PAZ FERREIRA, EDUARDO/CUNHA RODRIGUES, NUNO (Orgs.), *Novas Fronteiras da Contratação Pública*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
- REBELO DE SOUSA, MARCELO/SALGADO DE MATOS, ANDRÉ, *Direito Administrativo Geral*, Tomo III - *Actividade administrativa*, 2ª ed., Lisboa: D. Quixote, 2009.
- SÉRVULO CORREIA, JOSÉ MANUEL, anotações aos artigos 200.º a 201.º, in FAUSTO DE QUADROS et al., *Comentários à revisão do Código do Procedimento Administrativo*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2022.
- *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra: Almedina, 1987.
- VIANA, CLÁUDIA, *Os princípios comunitários na contratação pública*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- VILHENA DE FREITAS, LOURENÇO, *Os Contratos de Direito Público da União Europeia no Quadro do Direito Administrativo Europeu*, 2 vols., Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- *Direito dos Contratos Públicos e Administrativos*, vol. 1, Lisboa: AAFDL, 2023.

Referências seleccionadas de doutrina estrangeira

b) Direito Internacional, Europeu e Global

- AUDIT, MATHIS/SCHILL, S. W. (Eds.), *Transnational Law of Public Contracts*, Bruxelles: Bruylant, 2016.
- CARANTA, ROBERTO/TRYBUS, MARTIN/EDELSTAM, GUNILLA, *EU Public Contract Law: Public Procurement and Beyond*, Bruxelles: Bruylant, 2014.
- FOLLIOU-LALLIOT, LAURENCE/TORRICELLI, SIMONE (Coords.), *Contrôles et contentieux des contrats publics/Oversight and Challenges of public contracts*, Bruxelles, 2018.
- GEORGOPOULOS, ARIS/HOEKMAN, BERNARD/MAVROIDIS, PETROS, *The Internationalization of Government Procurement Regulation*, Oxford: Oxford University Press, 2017.
- LICHÈRE, FRANÇOIS/CARANTA, ROBERTO/TREUMER, STEEN (Eds.), *Modernising Public Procurement: The New Directive*, Copenhagen: Djof Publishing, 2014.
- PIGA, GUSTAVO/TREUMER, STEEN (Eds.), *The Applied Law and Economics of Public Procurement*, London/New York: Routledge, 2013.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- RACCA, GABRIELLA M./YUKINS, CHRISTOPHER (Eds.), *Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts*, Bruxelles: Bruylant, 2015.
- SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT, *Public Procurement and the EU competition rules*, 2.^a ed., Oxford-Portland, Oregon: Hart Publishing, 2015.
- SCHILL, STEPHAN, “Transnational Legal Approaches to Administrative Law: Conceptualizing Public Contracts in Globalization”, *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 1, 2014, pp. 1 ss.
- SJAFJELL, BEATE/WIESBROCK, ANJA (Eds.), *Sustainable Public Procurement Under EU Law*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- SKOVGAARD OLYKKE, GRITH/SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT (Eds.), *Reformation or Deformation of the EU Public Procurement Rules*, Cheltenham-Northampton: Elgar, 2016.

c) Alemanha

- BURGI, MARTIN, *Vergaberecht. Systematische Darstellung für Praxis und Ausbildung*, München: C.H.Beck, 3.^a ed., 2021.

d) Espanha

- GAMERO CASADO, EDUARDO/GALLEGO CÓRCOLES, ISABEL (DIRS.), *Tratado de Contratos del Sector Público*, tomo II, Valencia: Tirant lo blanch, 2018.

e) França

- HOEPPFNER, HÉLÈNE, *Droit des contrats administratifs*, Paris: Dalloz, 2.^a ed., 2019.
- UBAUD-BERGERON, MARION, *Droit des contrats administratifs*, Paris: LexisNexis, 3.^a ed., 2019.

f) Reino Unido

- ARROWSMITH, SUE, *The Law of Public and Utilities Procurement. Regulation in the EU and UK*, Vol. 1, London: Sweet and Maxwell, 2014, e vol. 2, 2018.

Curricular Unit Sheet

Course – Law Degree

1. Curricular Unit Name:

Administrative Law III (Public Procurement and Public Contracts Law)

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Prof. Dr. Miguel Assis Raimundo (2 hours per week)

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Prof. Dr. Marco Caldeira (2 hours per week)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Learning outcomes of the curricular unit:

- Knowledge of the structuring principles of Portuguese public procurement law
- Ability to analyse and approach judgments and doctrinal articles critically
- Solving legal problems (in the form of hypotheses and practical cases), equipping students with the tools to act in different professional contexts related to public procurement law (as judges, lawyers, legal counsel in contracting entities or economic operators)

6. Syllabus:

PUBLIC PROCUREMENT AND PUBLIC CONTRACTS LAW

INTRODUCTION – THE UNITY OF PUBLIC CONTRACTS

- 0.1. Public action and contract (and competition): brief historical reference
- 0.2. The unity of public contracts

PART I – FORMATION OF PUBLIC CONTRACTS

§ 1.º - PUBLIC PROCUREMENT AS A SYSTEM: VALUES, INTERESTS, MODELS, PRINCIPLES, GOVERNANCE AND CONTROL

- 1.1. Values, interests and models: the diversity of administrative law goals applied to contracts
- 1.2. General principles and specific public procurement principles. The application of principles
- 1.3. Strategic public procurement
- 1.4. Integrity concerns and risks in public procurement. Conflicts of interest
- 1.5. Governance of the sector (reference)

§ 2.º - THE PROVINCE OF PUBLIC PROCUREMENT

- 2.1. The entities whose contracts concern public procurement law (“subjective coverage”)
- 2.2. The contracts pertaining to public procurement law (“objective coverage”)
- 2.3. Some central issues for the understanding of the objective coverage: public sector contracts; financial support contracts; *pre-commercial procurement*; others
- 2.4. Diminished competition: contracts for social services and other specific services
- 2.5. Contracts excluded from the coverage of the public procurement rules: essential regulatory options. A minimum regime composed of principles
- 2.6. The territorial scope of portuguese public procurement law (reference)

§ 3.º - DEFINITION OF THE OBJECT OF THE CONTRACT AND INITIAL DECISIONS OF THE PROCEDURE

- 3.1. The importance of the definition of the object and the influence of principles. Planning. Advertisement of intentions of entering into public procurement procedures
- 3.2. Pre-procedural activity and entailing restraints: especially, preliminary market consultations
- 3.3. The value of the contract. Choice of the award procedure
- 3.4. Choice of the award procedure in special sectors. Other specific rules
- 3.5. Unity and fractioning of the object of the contract: the problem of the artificial splitting of contracts; the award of parts of an homogeneous object in different award procedures; the duty to consider division of contracts into lots

§ 4.º - AWARD AND SELECTION CRITERIA

- 4.1. The definition of essential parameters of assessment. The emerging topic of the *excess of transparency*
- 4.2. Maximum price as approximate market price. Abnormally low price or cost, as the threshold of suspicion of a tender
- 4.3. Award criterion and its application. The link to the subject matter of the contract. Characteristics of the tender and characteristics of the applicant.
- 4.4. Social, environmental and innovation criteria. Life-cycle costing



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 4.5. The matter of the need of objectivity in award criteria. Questions of separation of powers in the (judicial) control of award criteria

§ 5.º - ECONOMIC AGENTS WHO CAN PARTICIPATE IN AWARD PROCEDURES

- 5.1. The definition of the *universe of competitors*: between the law and the options of the contracting entity
5.2. Economic agents prevented from participating. *Self-cleaning*: proportionality and competition in action.
5.3. Selection criteria

§ 6.º - THE SEQUENCE OF AWARD PROCEDURES

- 6.1. General rules and specific rules for each procedure. The e-procurement model
6.2. Award procedures. Open procedure, restricted procedure, competitive invitation procedures, direct award. Reference to negotiated procedures, competitive dialogue, innovation partnerships and design contests
6.3. The procurement documents. Changes to the procurement documents
6.4. Access and secrecy in award procedures
6.5. Analysis and evaluation of tenders: giving reasons for the decision. The jury
6.6. Exclusion grounds. Correction of tenders
6.7. Award of the contract. The decision to cancel the procedure. The duty to enter into the contract
6.8. Signing of the contract

§ 7.º - AGGREGATION AND RATIONALIZATION MECHANISMS

- 7.1. The trend towards aggregation and centralization of public procurement. Reference to framework agreements; dynamic purchasing systems; central purchasing bodies and joint purchasing groups

PART II – THE EXECUTION OF PUBLIC CONTRACTS

§ 8.º - LIFE OF THE CONTRACT (I): IN GENERAL

- 8.1. Determination of the legal sources and scope of the regime regarding validity, perfection, duties and obligations, changes and termination of administrative contracts. A taxonomy of contracts
8.2. Validity. Effectiveness. The system of *ex ante* control by the Court of Auditors (*Tribunal de Contas*) – reference
8.3. Principles of contract performance and the notion of contract management
8.5. Prerogatives of the public contracting party: authority and consensus in administrative contracts. The power of applying sanctions, in particular. Public contracting authority's powers in the phase of contract performance
8.6. Breach of contract and failure to comply
8.7. Subcontracting
8.8. Contracts ruling on the exercise of public power
8.9. Contracts between public bodies

§ 9.º - LIFE OF THE CONTRACT (II): BALANCE, DYNAMICS AND TERMINATION OF THE CONTRACT

- 9.1. Certainty and uncertainty in public contracts. The duration of the contract.
9.2. Risk, unforeseen circumstances, *force majeure* and the balance of the contract. *Fait du prince*. Disturbances in the contract and emerging duties
9.3. Changes to the contract and its limits. The case of option clauses in particular
9.4. Subjective changes to the contract: in general; the case of forced assignment of a contractual position as a result of non compliance, in particular; other mechanisms
9.5. Termination of the contract

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus, covering the two core subjects – public procurement and the law of the performance and validity of the contract - and combining theoretical elements with a perspective of procedural and contractual dynamics, and relevant monitoring of European and national case law, is suited to the objectives defined above.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Theoretical-practical teaching in plenary classes; and teaching more focused on the practical and application components in smaller class lectures. Diverse use of different methodologies: lectures, analysing and commenting on scholarship and case law, solving practical cases, debates.

9. Evaluation:

Work in small classes (in the various forms mentioned above) and written test, under the terms of the Regulation on evaluation (50% for each evaluation component). Final written exam exemption with 12 points mark.

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

In addition to what is acquired through lectures, the strong use of practical and applicative components and dialogue with students guarantees the objective of a comprehensive and critical understanding of the subjects taught, preparing students for the different contexts of professional practice and academic research.

11: Main Bibliography:

Select general bibliography
(other specific references will be provided regarding specific topics)

a) Portugal

- AMADO GOMES, CARLA/PEDRO, RICARDO/SERRÃO, TIAGO/CALDEIRA, MARCO (Coords.), *Comentários ao Código dos Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 5.ª ed., 2023.
- ANDRADE DA SILVA, JORGE, *Código dos Contratos Públicos Comentado e Anotado*, 11.ª ed., Coimbra: Almedina, 2023.
- AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 7.ª ed., Coimbra: Almedina, 2021.
 - *Manual de Processo Administrativo*, 4.ª ed., Coimbra: Almedina, 2020.
- CALDEIRA, MARCO, *Estudos sobre o contencioso pré-contratual*, Lisboa: AAFDL, 2017.
- CARVALHO, RAQUEL, *Direito da Contratação Pública*, 2.ª ed., Porto: Universidade Católica Editora, 2021.
- CUNHA RODRIGUES, NUNO, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Coimbra: Almedina, 2013.
 - *Contratação pública e concorrência (Relatório sobre o programa, conteúdo e métodos de ensino da disciplina)*, Lisboa: AAFDL, 2019.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO/TORGAL, LINO (Coords.), *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, Coimbra: Almedina, 2017.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO (Org.), *Estudos de Contratação Pública* (vol. I, 2008; vol. II, 2010; vol. III, 2010; vol. IV, 2013), Coimbra: Coimbra Editora/CEDIPRE.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO, *Direito dos Contratos Públicos*, 1.ª ed., Coimbra: Almedina, 2015, e 6.ª ed., 2023.
 - *Reflexões sobre o Estado Regulador e o Estado Contratante*, Coimbra: Coimbra Editora, 2013.
- COSTA GONÇALVES, PEDRO / MARTINS, LICÍNIO LOPES / AZEVEDO, PEDRO SANTOS, *As Medidas Especiais de Contratação Pública – Anotadas*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2021.
- EIRÓ, VERA, *A obrigação de indemnizar das entidades adjudicantes. Fundamento e pressupostos*, Coimbra: Almedina, 2013.
- ESTEVES DE OLIVEIRA, MÁRIO/ESTEVES DE OLIVEIRA, RODRIGO, *Concursos e outros procedimentos de contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2011.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *Curso de Direito dos Contratos Públicos. Por uma contratação pública sustentável*, Coimbra: Almedina, 2012.
 - *Requiem pelo contrato administrativo*, Coimbra: Almedina, 1990.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO / GOUVEIA MARTINS, ANA / F. SÁNCHEZ, PEDRO (ORGS.), *Atas da Conferência A Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021*, Lisboa: AAFDL, 2021.
- FONSECA, ISABEL CELESTE, *Direito da Contratação Pública – Estudos reunidos*, Coimbra: Almedina, 2020.
 - (Coord.), *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas. Para um crescimento da economia assente na contratação pública sustentável, inteligente e inovadora. Luanda, 16, 17 e 18 de Novembro de 2016*, Braga: ARAP/SNPC/NEDIP, 2017.
- F. SÁNCHEZ, PEDRO, *Estudos sobre Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 2019.
 - *Direito da Contratação Pública*, 2 vols., 2.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2024.
 - *A revisão de 2021 do Código dos Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 2021.
- GUERRA TAVARES, GONÇALO, *Comentário ao Código dos Contratos Públicos*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina, 2022.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- LEITÃO, ALEXANDRA, *Contratos interadministrativos*, Coimbra: Almedina, 2011.
 - *Lições de Direito dos Contratos Públicos. Parte Geral*, 2ª ed., Lisboa: AAFDL, 2015.
- LINHARES DIAS, PAULO/MELO, PEDRO (Coords.), *Comentário ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores*, Coimbra: Almedina, 2016.
- KIRKBY, MARK, *Contratos sobre o exercício de poderes públicos*, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- MARTINS, LICÍNIO LOPES, *Empreitada de Obras Públicas*, Coimbra: Almedina, 2014.
- MIRANDA, JORGE (Org.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Sérvulo Correia*, vol. II, Lisboa: FDUL, 2010.
- RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS (COORD.), *A centralização e agregação de compras públicas. Reflexões sobre uma tendência actual da contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2019.
 - *Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (16-17 Maio 2019) – Actas da Conferência*, Lisboa: AAFDL, 2020.
 - *Concorrência e sustentabilidade: dois desafios para a contratação pública - Actas das II Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (30 de Setembro a 2 de Outubro de 2020, FDUL)*, Lisboa: AAFDL, 2021.
 - *Presente e Futuro dos Contratos Públicos – Actas das III Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (29 de Setembro a 1 de Outubro de 2021, FDUL)*, Lisboa: AAFDL, 2022.
- **RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, *Direito dos Contratos Públicos*, vol. 1 – *Introdução. Regime de formação*, e vol. 2, *Regime substantivo*, Lisboa: AAFDL, 2022.**
 - *A formação dos contratos públicos. Uma concorrência ajustada ao interesse público*, Lisboa: AAFDL, 2013.
 - "Primeira análise das novas directivas (Parte I)", *Revista de Contratos Públicos*, (9), 2013 (mas 2015), pp. 5 ss., e Parte II (10), 2014 (mas 2015), pp. 131 ss.
 - "Grelha + nota = fundamentação. A questão da fundamentação numérica (anotação ao ac. do STA n.º 2/2014, P. 1790/13, de 21.1.2014)", *Cadernos de Justiça Administrativa*, (109), 2015, pp. 30-46.
 - "Dever de ponderação da adjudicação por lotes e dever de fundamentação da não divisão no direito dos contratos públicos", *E-pública - Revista Electrónica de Direito Público*, IV, (2), 2017, pp. 21 ss.
 - "E-procurement", in ISABEL CELESTE FONSECA (COORD.), *Atas do II Congresso Internacional de Compras Públicas*, Braga: EDUM, 2017, pp. 399 ss.
 - "Good Contracting Authorities Can Predict the Future – A Note on Finn Frogne", *European Papers*, 2, (1), 2017, pp. 411 ss.
 - "Contratos públicos, transparência e acesso à informação: uma abordagem preliminar", in ANA GOUVEIA MARTINS/ANABELA LEÃO/BENEDITA MAC CROIRIE/PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS (COORDS.), *Atas do XI Encontro de Professores de Direito Público. Direito Público e Direitos Públicos: Pontes, Diálogos e Encruzilhadas. 26 e 27 de janeiro de 2018*, Porto: Universidade do Porto, 2018, pp. 129-154.
 - "Erros e omissões das peças do procedimento e posição do co-contratante, ou a *vida difícil* da boa fé na contratação pública", *Revista de Direito Administrativo*, (4), 2019, pp. 44-54.
 - *Direito dos Contratos Públicos – Materiais de Trabalho*, Lisboa: AAFDL, 2019.
 - "Execução dos contratos públicos e responsabilidade contratual: do contrato como *res inter partes* ao contrato como *res publica*", in Carla Amado Gomes et al. (Eds.), *III Colóquio Luso-Brasileiro de Direito Público - Responsabilidade nos contratos públicos. Uma perspectiva comparada luso-brasileira*, (ebook), Lisboa: AAFDL, 2020, pp. 100-115.
 - "Covid-19 e contratação pública – o regime excepcional e transitório do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março", *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 80, (I-II), 2020, pp. 165-217.
 - "Regime de formação de contratos de concessão – a articulação entre o CCP e o Regime Jurídico das Parcerias Público-Privadas (Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23.05)", *Revista de Contratos Públicos*, (25), 2021, pp. 5-72.
 - "Empreitada de concepção-construção no direito dos contratos públicos: função e pressupostos da definição colaborativa de obras públicas", *O Direito*, 153.º, (II), 2021, pp. 327-380.
- RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS/MARTINS CLARO, JOÃO, "A aplicação e redução de multas contratuais no contrato de empreitada de obras públicas", *Cadernos de Justiça Administrativa*, 112, 2015, pp. 12 ss.
 - "A proposta e a decisão - nota sobre a relação entre júri e órgão adjudicante", in AA/VV, *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 289 ss.
- PACHECO DE AMORIM, JOÃO, *Introdução ao Direito dos Contratos Públicos*, Coimbra: Almedina, 2021.
- PAZ FERREIRA, EDUARDO/CUNHA RODRIGUES, NUNO (Orgs.), *Novas Fronteiras da Contratação Pública*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
- REBELO DE SOUSA, MARCELO/SALGADO DE MATOS, ANDRÉ, *Direito Administrativo Geral*, Tomo III - *Actividade administrativa*, 2ª ed., Lisboa: D. Quixote, 2009.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- SÉRVULO CORREIA, JOSÉ MANUEL, anotações aos artigos 200.º a 201.º, in FAUSTO DE QUADROS et al., *Comentários à revisão do Código do Procedimento Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2016.
 - *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, Coimbra: Almedina, 1987.
- TRABUCO, CLÁUDIA/EIRÓ, VERA (Orgs.), *Contratação Pública e Concorrência*, Coimbra: Almedina, 2013.
- VIANA, CLÁUDIA, *Os princípios comunitários na contratação pública*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 16.ª ed., Coimbra: Almedina, 2017.
- VILHENA DE FREITAS, LOURENÇO, *Os Contratos de Direito Público da União Europeia no Quadro do Direito Administrativo Europeu*, 2 vols., Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
 - *Direito dos Contratos Públicos e Administrativos*, vol. 1, Lisboa: AAFDL, 2024.

a) *International, European and Global Law*

- ATHANASIADOU, NATASA, *Der Verwaltungsvertrag im EU-Recht*, Tübingen: Mohr-Siebeck, 2017.
- AUDIT, MATHIS/SCHILL, S. W. (Eds.), *Transnational Law of Public Contracts*, Bruxelles: Bruylant, 2016.
- BOVIS, CHRISTOPHER (Ed.), *Research Handbook on EU Public Procurement*, Cheltenham, UK/Northampton, USA: Edward Elgar, 2016.
- CARANTA, ROBERTO/TRYBUS, MARTIN/EDELSTAM, GUNILLA, *EU Public Contract Law: Public Procurement and Beyond*, Bruxelles: Bruylant, 2014.
- CARANTA, ROBERTO, "The Changes to the Public Contract Directives and the Story They Tell About How EU Law Works", *Common Market Law Review*, 52, 2015, pp. 391 ss.
- FOLLIOU-LALLIOT, LAURENCE/TORRICELLI, SIMONE (Coords.), *Contrôles et contentieux des contrats publics/Oversight and Challenges of public contracts*, Bruxelles, 2018.
- GEORGOPOULOS, ARIS/HOEKMAN, BERNARD/MAVROIDIS, PETROS, *The Internationalization of Government Procurement Regulation*, Oxford: Oxford University Press, 2017.
- LICHÈRE, FRANÇOIS/CARANTA, ROBERTO/TREUMER, STEEN (Eds.), *Modernising Public Procurement: The New Directive*, Copenhagen: Djof Publishing, 2014.
- NOUGUELLOU, ROZEN/STELKENS, ULRICH (Eds.), *Droit comparé des contrats publics/Comparative law on public contracts*, Bruxelles: Bruylant, 2010.
- PIGA, GUSTAVO/TREUMER, STEEN (Eds.), *The Applied Law and Economics of Public Procurement*, London/New York: Routledge, 2013.
- RACCA, GABRIELLA M./YUKINS, CHRISTOPHER (Eds.), *Integrity and Efficiency in Sustainable Public Contracts*, Bruxelles: Bruylant, 2015.
- SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT, *Public Procurement and the EU competition rules*, 2.ª ed., Oxford-Portland, Oregon: Hart Publishing, 2015.
- SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT (ed.), *Smart Public Procurement and Labour Standards. Pushing the Discussion after Regiopost*, Oxford-Portland, Oregon: Hart, 2018.
- SCHILL, STEPHAN, "Transnational Legal Approaches to Administrative Law: Conceptualizing Public Contracts in Globalization", *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 1, 2014, pp. 1 ss.
- SJAFJELL, BEATE/WIESBROCK, ANJA (Eds.), *Sustainable Public Procurement Under EU Law*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- SKOVGAARD OLYKKE, GRITH/SÁNCHEZ-GRAELLS, ALBERT (Eds.), *Reformation or Deformation of the EU Public Procurement Rules*, Cheltenham-Northampton: Elgar, 2016.

c) *Germany*

- BURGI, MARTIN, *Vergaberecht. Systematische Darstellung für Praxis und Ausbildung*, München: C.H.Beck, 3.ª ed., 2021.

d) *Spain*

- GAMERO CASADO, EDUARDO/GALLEGO CÓRCOLES, ISABEL (DIRS.), *Tratado de Contratos del Sector Público*, tomo II, Valencia: Tirant lo blanch, 2018.

e) *France*

- HOEPPFNER, HÉLÈNE, *Droit des contrats administratifs*, Paris: Dalloz, 2nd ed., 2019.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- UBAUD-BERGERON, MARION, *Droit des contrats administratifs*, Paris: LexisNexis, 3rd ed., 2019.
- f) United Kingdom*
- ARROWSMITH, SUE, *The Law of Public and Utilities Procurement. Regulation in the EU and UK*, Vol. 1, London: Sweet and Maxwell, 2014, e vol. 2, 2018.